

Auditoria ao sistema de controlo interno da Biblioteca Nacional de Portugal, nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental

SÍNTESE DE RESULTADOS

Esta ação foi realizada no quadro do funcionamento do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado e visou auditar o sistema e os procedimentos de controlo interno da Biblioteca Nacional de Portugal.

1. Principais conclusões

O sistema de controlo interno necessita de ajustamentos, nomeadamente ao nível da tesouraria, do controlo da receita e da contratação pública. Deficiências no registo das alterações orçamentais, dos cabimentos, dos compromissos e na liquidação e cobrança da receita. Recurso a 22 contratos individuais de trabalho celebrados no âmbito do regime de emprego protegido (Enclave) com carácter de continuidade e sem que exista, desde 2009, qualquer instrumento que tutele a sua manutenção. Ausência de uma adequada política de contratação, com tradução na existência de procedimentos heterogéneos, na utilização sistemática da figura do ajuste direto e no incumprimento das regras de contratação pública. Não observância das regras de registo dos compromissos e de cálculo dos fundos disponíveis, nos termos da LCPA.

2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s

A correção das insuficiências do sistema de controlo interno, designadamente por via da formalização de procedimentos, da adequada política de registo das alterações orçamentais e da definição de circuitos da receita. A definição de uma adequada política de aprovisionamento que vise a implementação de mecanismos de planeamento anual e de centralização de compras, a transparência dos processos de contratação e o rigoroso cumprimento das regras de contratação pública. A regularização da situação dos 22 contratos no âmbito do "Enclave". A instituição de procedimentos que assegurem o registo dos compromissos e o cálculo dos fundos disponíveis.

(Relatório n.º 1599/2014, homologado, por S. Ex.º Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 2015-01-09).